

**ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O COLÉGIO PEDRO II E OS TÉCNICOS-
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA***HISTORICAL APPROACH TO THE PEDRO II COLLEGE AND THE TECHNICAL-
ADMINISTRATIVE STAFF IN EDUCATION: A LITERATURE REVIEW*Taianne Flaubert Oliveira de Souza¹
Marta Ferreira Abdala-Mendes²¹Colégio Pedro II. E-mail: flauberttaianne@gmail.com;²ProfEPT-IFRJ/campus Mesquita. E-mail: marta.mendes@ifrj.edu.br;ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5573-4317>

Artigo submetido em 01/04/2021, aceito em 17/09/2025 e publicado em 29/12/2025.

Resumo: O presente estudo apresenta um levantamento bibliográfico dos estudos tendo como tema o Colégio Pedro II e os Técnico-administrativos em educação (TAEs), em especial a história da atuação desses sujeitos na instituição. Para tal, realizamos uma busca dos estudos publicados entre os anos de 2005 e 2020, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico e Scielo, utilizando os descritores “Colégio Pedro II e Técnico-administrativos em educação”, “Colégio Pedro II e Plano de Carreira (PCCTAE)” e “Colégio Pedro II e lei 11.091/2005” e suas variantes de escrita, com a finalidade de investigar como a temática é trabalhada nos resultados obtidos. A partir da análise preliminar das obras encontradas, identificamos, apenas, dois estudos acadêmicos - oriundos de programas de pós-graduação em Educação, sendo um de doutorado e um de mestrado – que tratavam sobre a temática. Um estudo de caso do CPII retratou a história dos TAEs e do PCCTAE e o outro trouxe uma experiência e carreira dos TAEs do CPII. Esse resultado aponta a escassez de estudos teóricos sobre o tema, evidenciando uma invisibilidade da contribuição e importância desses sujeitos na e para a histórica institucional do CPII e no processo de formação educacional tanto dentro da própria instituição, quanto de interesse de pesquisas.

Palavras-chave: Colégio Pedro II; técnico-administrativos em educação; Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), lei nº 11.091/2005; história e memória.

Abstract: This study presents a bibliographic survey of studies on the theme of Colégio Pedro II and Educational Administrative Technician (TAEs), focusing in particular on the history of these individuals' work at the institution. To this end, we searched for studies published between 2005 and 2020 in the Capes Thesis and Dissertation Database, Google Scholar, and Scielo, using the descriptors “Colégio Pedro II and Administrative Technicians in Education,” “Colégio Pedro II and Career Plan (PCCTAE),” and “Colégio Pedro II and Law 11.091/2005”

and their variants, with the aim of investigating how the theme is addressed in the results obtained. Based on the preliminary analysis, we identified only two academic studies - from postgraduate programs in Education, one at the doctoral level and one at the master's level - which dealt with the topic. One CPII case study portrayed the history of TAEs and PCCTAE, and the other presented the experience and career of CPII TAEs. This result points to the scarcity of theoretical studies on the subject, highlighting the invisibility of the contribution and importance of these subjects in and for the institutional history of CPII and in the educational training process, both within the institution itself and in terms of research interest.

Keywords: Pedro II College; technical-administrative staff in education; Career Plan for Technical-Administrative Positions in Education (PCCTAE), Law nº 11,091/2005; history and memory.

1 INTRODUÇÃO

O Colégio Pedro II (CPII) é conhecido, em seu quase bicentenário, por proporcionar um ensino de excelência. Aqueles que tem ou tiveram a felicidade de passar pela instituição demonstram seu orgulho. A própria Instituição faz questão de divulgar sua longínqua e importante atuação na história da educação brasileira em vários veículos como no seu próprio site, pela publicação de livros e em estudos acadêmicos (Almeida; Carvalho, 2024).

Essa história, iniciada oficialmente em 1837, foi construída pela ação e envolvimento de tantos sujeitos, como discentes, docentes ou técnico-administrativos. Contudo, não é tarefa fácil encontrar os relatos e histórias de todos esses atores. Apesar de a história dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) – antes chamados de empregados públicos – ter sido iniciada com a criação do CPII, poucos estudos tratam sobre sua trajetória.

Desta inquietação, buscamos, através das fontes oficiais, considerar o trabalho desse grupo de servidores na constituição histórica do CPII. Contudo, a dificuldade manifesta-se no site oficial do CPII, que divulga a história da instituição, sendo os TAEs citados apenas por dados quantitativos de componentes sem passado. Já no site do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE) não há informações históricas. Diante deste cenário de invisibilidade de contribuição desses atores, procuramos realizar um levantamento bibliográfico de artigos, teses e dissertações nas principais bases acerca do tema na busca do papel e do protagonismo dos TAEs na constituição histórica da instituição. Para isso procuramos por estudos com o propósito de analisar se e como evidenciam a perspectiva dos TAEs nesse processo.

Nossas reflexões estão baseadas na compreensão do conceito de trabalho e de trabalhador (Antunes, 2001), da importância do trabalho dos técnico-administrativos em educação como agentes formadores (Monlevade, 2012) e de invisibilidade desses trabalhadores não-docentes dentro de instituições de ensino (Cury, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE OS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAEs) NO COLÉGIO PEDRO II

Em 1837, pelo decreto de 02 de dezembro, o ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos O ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos converteu o Seminário de São Joaquim em Imperial Collegio de Pedro Segundo. No mesmo decreto, além de outras regras, o artigo 4^a menciona os empregados da instituição, englobando os denominados, atualmente, como assistentes de alunos, os médicos e os serventes necessários:

Art. 4.º Para o regimen e instrucção neste collegio haverá os seguintes empregados:

§ 1.º Hum Reitor, hum Syndico ou Vice-Reitor, hum Thesoureiro, e os serventes necessarios.

§ 2.º Os Professores, Substitutos e Inspectores dos alumnos, que forem precisos para o ensino das materias do art. 3.º, e direcção e vigia dos mesmos alumnos.

No numero dos Professores he comprehendido o de Religião, que será tambem o Capellão do Collegio.

§ 3.º Hum Medico e Cirurgião de partido. (sic)

No ano seguinte, o regulamento nº 08, de 31 de janeiro de 1838, regulamentou funções e regras do Colégio Pedro II com as orientações para as carreiras de inspetores de alunos, serventes necessários, bibliotecários e auxiliares de biblioteca e outras disposições sobre salários e nomeações. Entretanto, nesses decretos não há qualquer menção a forma como esses cargos eram preenchidos, o que leva a crer que eram contratados sem a realização de concurso público, tendo em vista o que era praticado naquele momento, como Cunha Junior (2008, p. 44) descreve que “dois critérios principais eram utilizados para o recrutamento destes profissionais: o nível de instrução/formação e a moral”.

O Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, mais conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa, foi uma lei orgânica que reestruturou o ensino superior e secundário à época na República. No que diz respeito ao Colégio Pedro II, a reforma teve implicações significativas: deu autonomia ao Colégio Pedro II, cabendo-lhe, como destaca o artigo 6º, “a organização dos programmas de seus cursos, devendo os do Collegio Pedro II revestir-se de caracter pratico e libertar-se da condição subalterna de meio preparatorio para as academias” (sic). A partir desse decreto, houve a junção de regras em relação ao ensino superior e o antigo secundário relacionadas ao trabalho dos técnico-administrativos de diferentes instituições de ensino. O artigo 94 do mesmo decreto definiu os “funcionários administrativos” como servidores da secretaria, bibliotecários e auxiliares de biblioteca, porteiros, assistentes de alunos e outros técnicos.

Em 1925, o decreto 16.782-A estabeleceu o concurso da União para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional do Ensino e reformou o ensino secundário e o superior. O decreto dispôs que as instituições de ensino deveriam ser compostas por funcionários administrativos de forma que “O preenchimento das vagas de funcionarios (sic) far-se-á por promoção, sendo dois terços por merecimento e um terço por antiguidade, a começar pelo merecimento” (art. 258, p. u.). Novamente, a legislação é silente quanto a forma de ingresso, reservando-se a mencionar que Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores seria a responsável pela nomeação e demissão dos funcionários, não havendo informação sobre a forma inicial de acesso aos cargos. Embora não criasse a categoria de “técnico administrativo” no serviço público, a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e seu regulamento (Decreto nº 61.934/1967), foram marcos na definição das atividades profissionais, o que indiretamente influenciou a estruturação de cargos técnicos e administrativos em diversas áreas, incluindo o setor público.

O que regulava o trabalho desta categoria em termos de carreira, no período da regime civil-militar-empresarial, foi Plano de Classificação de Cargos (PCC, Lei 5.645/1970), transformado em Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), pela Lei 7.596/1987 e Decreto 94.664/1987. Segundo Valle (2014, p. 81), o PUCRCE:

representou um profundo avanço na compreensão do papel dos servidores nas instituições, sendo elaborado pelos “intelectuais orgânicos” que o movimento produzia. Foi o primeiro plano dos servidores das instituições federais de ensino, incluindo em seu bojo as carreiras docente e técnico-administrativa.

Os trabalhadores das universidades federais, das escolas federais (como CPII) conquistaram a aprovação da criação do PUCRCE após lutas sindicais e greves. Apesar dos avanços trazidos pelo PUCRCE, tais como a melhoria salarial e a definição das atribuições dos cargos, ainda havia muito a se reivindicar (Azambuja, 2018).

A Constituição cidadã de 1988 (CRFB/1988) assegurou, dentre outros avanços, a imparcialidade das contratações na Administração Pública. Os concursos públicos passam a ser descritos por regras rígidas, explicados de forma detalhada em editais a fim de não gerar controvérsias e não permitir a burla. A administração direta e indireta deveria obedecer aos princípios que lhe garantiria qualidade, inclusive quanto a forma de acesso aos cargos públicos. A partir de leis e normas mais gerais, o serviço e a atuação dos servidores públicos foram sendo regulamentados, com a Lei 8.112/1990 (o Regime Jurídico Único dos Servidores Federais Civis) e o Decreto 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), que definiram os direitos e deveres dos servidores administrativos das universidades, CEFETs e Escolas Federais (como CPII) (Reis; Paixão, 2022).

Contudo, nos anos de 1990 houve grande retrocesso nas lutas em virtude da política neoliberal adotada pelo governo da época. No governo Collor, houve a desestruturação e o sucateamento do serviço público. Tal política foi continuada no governo Itamar Franco. Já no governo Fernando Henrique, a política neoliberal teve grande influência nas políticas educacionais. Ao deixar a educação fora da participação do Estado, tanto no campo social como político, a escola, pelo discurso neoliberal, deveria funcionar de forma semelhante ao mercado, passando a atender desejos externos e às necessidades da livre iniciativa, ofertado a quem pode pagar (Silveira, 2009, p. 58). Ou seja, a educação reflete as ideologias e valores do sistema político adotado.

Na contramão dos governos anteriores, a partir do primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma crescente valorização do funcionalismo público, com aumento no número de concursos e melhoria salarial. Porém, ainda que o cenário político fosse mais favorável a luta sindical por melhoria da carreira dos servidores técnico-administrativos e a criação de um Plano de carreiras, houve resistências com algumas pautas reivindicadas pela categoria, fazendo-se necessária mobilização por meio de greve (Almeida, 2018; Azambuja, 2018; Silva, 2016).

Assim, desde os anos de 1990 e o início dos anos 2000, houve uma grande luta dos sindicatos representativos dos servidores técnico-administrativos em conseguir a aprovação de um plano de carreira para unificar a categoria. Entretanto, sem a possibilidade de debate, houve sucessivas negativas do governo federal (Almeida, 2018; Azambuja, 2018; Silva, 2016). Em virtude da dificuldade de implementação do PUCRCE (Almeida, 2018), e por meio de um processo de greves em 2004 e negociação entre Governo Federal, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) tem início a criação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE¹) com a formação de uma comissão através da portaria nº 1.712/1992 (Azambuja, 2018, p. 95; Reis; Paixão, 2022).

Em 2005, os servidores das Instituições Federais de Ensino (IFEs) conseguiram a regulamentação do PCCTAE, pela lei nº 11.091/2005. Apesar de ser visto como uma grande conquista dos servidores vinculados a essas instituições e um avanço da categoria profissional por trazer segurança jurídica aos direitos da categoria, houve pontos que foram reivindicados,

¹ Os servidores técnico-administrativos do Colégio Pedro II são regidos por uma legislação própria (Lei nº 11.091/2005), a qual engloba todos os servidores técnico-administrativos das IFEs do país. Tal lei regulamenta o PCCTAE das IFEs, vigente desde janeiro de 2005.

mas não conquistados, entre eles o piso e enquadramentos salariais menores que os reivindicados e a extinção de cargos com consequente terceirização. Em 2008, a lei 11.892, instituiu a Rede Federal de Ensino, e em 2012 o Colégio Pedro II passou a fazer parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº 12.677. A partir de reestruturações recentes, foi criada medidas provisórias e leis, como a MP 1286/2024, que continuam a reestruturar e reajustar a carreira dos TAEs, visando a valorização da categoria e a aceleração da progressão por capacitação profissional. A Aceleração da Progressão por Capacitação (APC) é resultado de negociações e mobilizações, - incluindo greves da categoria TAE -, com o Governo Federal, como parte das discussões sobre a reestruturação do PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091/2005.

2.2 O TRABALHO DOS SERVIDORES TAEs E A INVISIBILIDADE DE SUA CONTRIBUIÇÃO

Segundo Ribeiro (2012, p. 424), numa concepção marxista, trabalho estabelece-se como uma categoria central de estruturação ontológica capaz de transformar o próprio ser humano, uma vez que “o trabalho não representa somente a transformação do homem sobre a natureza, mas também a transformação de sua própria natureza” (Oliveira, 2019, p. 69). Portanto, trabalho é atividade intrínseca do ser humano, ação capaz de modificar o ambiente e o próprio ser, capaz de produzir prazer, realização e reconhecimento.

Numa perspectiva contemporânea, os servidores públicos compõem o mundo do trabalho, que para Antunes (1999, p. 102) pertencem ao terceiro setor, integrantes da classe-que-vive-do-trabalho, uma vez que seu trabalho é considerado não produtivo pois não produz mais-valia. Apesar de não estarem ligados diretamente aos ditames do sistema capitalista, ainda sofrem as consequências dele, através do estranhamento/alienação e na divisão social do trabalho (Paula, 2018). Nessa abordagem teórica-analítica há uma separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, com o reconhecimento e a valorização daquele em detrimento deste. Já na alienação, o trabalhador/servidor, perde a compreensão do todo e não se identifica como parte importante do processo, mas apenas com uma atuação periférica. Nesse sentido, Cury (2019, p. 160) defende que:

Consideradas a divisão social do trabalho e a alienação as quais o indivíduo é submetido nesse processo – próprias da sociedade capitalista – supõe-se que a subjetivação profissional ocorrida, por meio do vínculo subjetivo do trabalhador com seu trabalho, resultaria em uma identidade profissional que se constitui a partir do exercício fragmentado e não emancipatório de funções específicas, desvinculadas de um todo. Com isso, a necessidade objetiva de vincular-se ao seu trabalho pode ser, na verdade, uma busca pelo sentido daquilo que se executa, cujo acesso pode ser mais difícil quanto maior for a divisão do trabalho.

Conforme registra Melo (2009, p. 392), a própria instituição escolar “ao absorver a divisão social do trabalho que se dá na sociedade, nos apresenta elementos para refletir sobre o espaço pedagógico ocupado pelos funcionários”. Tal divisão não é atual. Fazendo um breve histórico dos trabalhadores na educação brasileira, na época dos jesuítas os serviços não-docentes era realizados por aqueles com menor escolaridade; no século XVIII, as atividades eram realizadas unicamente entre professores e alunos em salas improvisadas, porém havendo necessidade as manutenções eram realizadas pelos escravizados; os trabalhadores atuando nas funções não-docentes (secretários escolares, bibliotecários, entre outros) somente aparecem com o fim da escravidão no país, mas por contratação sem concurso público (Angts, 2017; Monlevade, 2009, 2017).

A visão das atividades técnica-administrativas sendo tratadas como mero apoio na formação educacional – onde o trabalho é considerado de menor importância na formação acadêmica (Gonzaga, 2011; Paula, 2018; Ribeiro, 2012) – pode ser um reflexo desse

entendimento e da separação do trabalho. Nesse contexto, podemos identificar a invisibilidade do trabalho técnico, em que “está relacionada ao modo como são visualizados os profissionais sem status, glamour ou reconhecimento social e remuneração apropriada” (Celeguim; Roesler, 2009 *apud* Paula, 2018, p. 7). Ribeiro (2012, p. 428) relata que os TAEs “vivenciam um sentimento de invisibilidade e desprestígio” levando a um não reconhecimento por seu trabalho no processo de formação educacional. Tal invisibilidade é demonstrada não somente dentro de cada ambiente, mas também de norma não explícita em cada instituição². Contudo, apesar do não reconhecimento/invisibilidade, o trabalho dos TAEs é essencial para que as finalidades de cada instituição possam ser conduzidas com excelência. É impensável conduzir uma instituição de ensino sem o trabalho desenvolvido pelos servidores técnico-administrativos, pois conforme defende Ribeiro (2012, p. 426) “para o atendimento das atividades-fim – ensino, pesquisa e extensão –, toda e qualquer instituição de ensino [...] precisa de um competente e estruturado corpo técnico-administrativo para o alcance, a contento, das atividades-meio”.

Cury (2019, p. 111) corrobora essa visão ao considerar a “gama de cargos existentes no bojo da categoria técnico-administrativa coloca em xeque a centralidade do professor nos processos educacionais que acontecem [...]”. Mais que isso, torna-se mister reconhecer o papel do TAE como agente integrante no processo de formação educacional. Nesse sentido, Monlevade (2017) traz a discussão sobre atividade-fim e atividade-meio, onde defende que todas as atividades que estejam incluídas nas propostas pedagógicas são consideradas atividade-fim e não apenas a docência, pois “Em nossa forma de conceber a escola, não existem atividades-fim e atividades-meio, porque o objetivo da escola não é o ensino, mas a educação em sua totalidade” (p. 75).

São notáveis as mudanças significativas dentro das instituições de ensino, tais como: a participação democrática, o acesso de servidores técnico-administrativos aos cargos de direção escolar, a profissionalização e reconhecimento da carreira através da aprovação da Lei 11.091/2005 (PCCTAE), entretanto, ainda há lacunas históricas perpetuadas pela própria instituição. Dessa forma, consideramos a necessidade do resgate histórico do papel e da contribuição desses sujeitos, trazendo o reconhecimento dos TAEs como parte integrante do sucesso das instituições de ensino.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica sistemática, de natureza interpretativa, que, de acordo com Gil (2002, p. 44), é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”.

Nessa revisão, analisamos as fontes oficiais do CPII e do SINDISCOPE para investigar a menção de participação dos servidores TAEs no processo de institucionalização do CPII. Entretanto, verificamos que não havia informações, nessas fontes, sobre esses sujeitos. Ainda que o CPII tenha realizado um retrato histórico da instituição de mais de 180 anos em seu site e no livro *Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de História na Educação do Brasil* (publicado em 2018³), não houve menção a algum servidor técnico-administrativo. Diante desse prévio levantamento, procuramos definir o corpo empírico para análise a partir da seleção de artigos, teses e dissertações nas plataformas online de pesquisas, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, o Google Acadêmico e a base Scielo, no período de 2005 a 2020. Este intervalo temporal justifica-se devido a aprovação, em 2005, do Plano de

² Podemos observar isso no trabalho de recuperação histórica do CPII (em seu site), ao limitar a participação do trabalho técnico-administrativo a meros dados quantitativos.

http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html

³ https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/224-not%C3%ADcias-2018/8940-servidoras-lan%C3%A7am-livro-que-retrata-180-anos-de-hist%C3%B3ria-do-cpii.html

Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em educação (PCCTAE), através da lei nº 11.091/2005.

Para a seleção dos trabalhos acadêmicos, utilizamos os descritores “Colégio Pedro II e Técnico-administrativos em educação”, “Colégio Pedro II e PCCTAE” e “Colégio Pedro II e lei 11.091/2005”, com as variações de escrita, a fim de chegar ao resultado mais amplo possível. Ressaltamos que o único filtro utilizado foi o temporal, não excluindo nenhuma área do conhecimento. Com os descritores mencionados obtivemos 15 estudos excluindo-se os duplicados em buscas diferentes. Desses estudos, 6 apontaram de alguma forma um protagonismo do servidor TAE, mas nenhum estudo retratou a história desses servidores no CPII (Amorim, 2013; Carneiro, 2017; Rosa, 2017; Sa, 2017; Souza, 2017; Teles, 2016). Apenas um dos estudos trouxe a história dos Técnicos em Assuntos Educacionais no CPII, mais especificamente o cargo de Pedagogo/Orientador Educacional (Pio, 2012).

Tendo em vista que apenas um resultado obtido, foi necessário delinear nova busca pelos descritores isolados: “Colégio Pedro II”, “Técnico-administrativos em educação”, “PCCTAE”, lei de carreira dos servidores Técnico-administrativos em educação e “Lei 11.091/2005”, além de suas variantes de escrita. Pelo descritor “Colégio Pedro II” retornou inicialmente 316 pesquisas, das quais 49 delas foram realizadas nos programas de pós-graduação ofertadas pelo CPII (*lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (ProfEPT)). Dos 267 restantes, após a leitura do título e/ou do resumo e das palavras-chave, 152 foram desconsiderados para análise, pois tratavam, principalmente ou especificamente, sobre a formação docente e/ou práticas da Educação Básica e EPT.

Os 115 estudos restantes foram categorizados para melhor entendimento em duas categorias: História e/ou Memórias e Estudo de Caso. Após a leitura de cada obra, procuramos subdividir essas duas categorias em seis subcategorias para identificar o tema central de cada obra. A categoria História e/ou Memórias foi dividida em duas: subcategoria CPII e subcategoria docência/currículo; assim como a categoria Estudo de caso foi dividida em três: docência e/ou currículo, estudantes e servidores/TAEs do CPII.

Após a leitura na íntegra dos 115 estudos e sua categorização foi possível identificar a discrepância de temática a partir do método de Análise de Livre Interpretação (ALI) (Anjos; Rôças; Pereira, 2019). Na tabela 1, apresentamos o quantitativo e a classificação das obras analisadas: i) a história e/ou memória: 18,3% das obras trouxeram a história de currículos/docência utilizados no passado e 13,9% sobre a história da instituição; ii) estudos de casos: 39,1% das pesquisas eram sobre docência e/ou currículo, 25,2% eram estudos de casos sobre o CPII e/ou área específica e/ou sistemas internos, um estudo de caso sobre alunos (87 %) e dois estudos de caso sobre os Técnico-administrativos (Galvão, 2009 e Pio, 2012).

Tabela 1: Resultado da busca pelo descritor “Colégio Pedro II” e classificação dos trabalhos.

Categoria	Subcategoria	Total	%
História e/ou Memória	CPII	16	13,9
	docência/currículo	21	18,3
Estudo de Caso	CPII	29	25,2
	docência/currículo	45	39,1
	estudantes	2	1,7
	servidores/TAE do CPII	2	1,7
Total		115	100

Fonte: dados da pesquisa.

Pela pesquisa dos estudos segundo os termos “PCCTAE”, “Técnico-administrativos em educação” e “Lei 11.091/2005” obtivemos o retorno de 44 estudos, que foram divididos em categorias pelo tema tratado: avaliação de desempenho, gestão/análise, história, carreiras específicas, capacitação/qualificação e carreira TAE. A divisão das categorias está descrita na tabela 2. É importante ressaltar que nenhum dos estudos tratou da história dos TAEs dentro do CII, retratando a história dentro de suas próprias instituições (Almeida, 2018; Azambuja, 2018; Nascimento, 2017).

Tabela 2: Resultado da busca pelo descritor “PCCTAE”, “Técnico-administrativos em educação” e “Lei 11.091/2005” e classificação dos trabalhos analisados.

Categoria	Total
Avaliação de desempenho	9
Gestão/análise	16
História	3
Carreiras específicas	5
Capacitação/qualificação	9
Carreira TAE	2
Total	44

Fonte: dados da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois do mapeamento quantitativo, adotamos o método ALI (Anjos; Rôças; Pereira, 2019) como ferramenta para a organização e compreensão dos trabalhos encontrados. Observamos que, nos estudos de caso sobre os TAEs, o único que retratou a história dos Técnico-administrativos e do PCCTAE foi o mesmo estudo já citado anteriormente (Pio, 2012). Ademais, dentre os estudos sobre o CII, apenas um trouxe uma experiência dos TAEs (Galvão, 2009). Ainda que nenhum dos estudos levantados tenha retratado especificamente a história dos TAEs dentro do CII e apenas um estudo trouxe uma retomada histórica de um cargo específico (quadro 1), podemos salientar algumas evidências que os dados apontam.

Quadro 1: Os dois trabalhos acadêmicos analisados.

Categoria	Título	Ano	Autores
Estudo de caso do CII	“Nós somos a história da educação”: identidade institucional e excelência escolar no Colégio Pedro II.	2009	Galvão, Maria Cristina da Silva
Carreira TAE	Técnicos em assuntos educacionais do Colégio Pedro II: história, identidade e limites de atuação	2012	Pio, Alessandra
Total			2

Fonte: dados da pesquisa.

Ambos os trabalhos selecionados para análise são provenientes de estudos acadêmicos de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, sendo um de doutorado (Galvão, 2009) e um de mestrado (Pio, 2012). Nenhum deles tem o PCCTAE como foco. Em seu estudo, Galvão (2009) realiza um estudo de caso com o intuito de investigar as condições de produção do ensino de qualidade dentro de um sistema público, utilizando o CII-campus Humaitá II/RJ como local da pesquisa. A investigação, realizada entre os anos de 2007 e 2008, coletou dados através da pesquisa documental, da observação dos espaços e de entrevistas com os técnico-administrativos, docentes e discentes. No segundo capítulo da tese, procurou dar voz aos atores da instituição, chamados de “os agentes escolares”, trazendo inicialmente um perfil desses sujeitos da pesquisa e depois a fala coletada nas entrevistas. Aqui nos atemos aos servidores TAEs.

Inicialmente, Galvão (2009, p. 61) demonstra que “mais da metade dos funcionários (52%) tem o Curso Superior como titulação mais alta e 41,5% fizeram o Ensino Médio”. Esses dados confirmam o que já foi demonstrado anteriormente: o Colégio Pedro II, assim como outras instituições da Rede Federal de Ensino, possui um corpo técnico altamente qualificado (Almeida, 2018; Azambuja, 2018; Gonzaga, 2011; Oliveira, 2019). Um dos entrevistados (inspetor de alunos) retoma a história de outro inspetor de alunos, Clovis Dottori, que se tornou professor e publicou livros. Porém, como o estudo demonstra, “os atuais inspetores de alunos provavelmente não tiveram acesso a esses detalhes históricos dos que os antecederam no trato com os alunos, pois são detalhes que carecem de pesquisas para serem conhecidos” (Galvão, 2009, p. 61). Clovis Dottori não foi citado no site do CPII. A menção ao trabalho dos TAEs é breve, não havendo grande aprofundamento.

O estudo de Pio (2012) tem como foco os Técnicos em Assuntos Educacionais, mais especificamente o cargo de pedagogo/orientador educacionais. O estudo tem como objetivo investigar o trabalho não docente na instituição pelo viés da história da educação. A autora faz uma retomada histórica do profissional de Pedagogia tendo como marco inicial o ano de 1946, quando houve a inclusão dos primeiros orientadores educacionais do CPII. Logo na abertura do capítulo 2 da dissertação (Pio, 2012), que trata da história desses agentes, a autora alerta para o que nosso estudo identificou: há poucas informações fornecidas pela própria instituição quando o foco não é a sala de aula.

Pode-se afirmar, então, que este capítulo inicia um exercício de reobservação crítica de histórias que já foram contadas, ditas e escritas sobre o Colégio, na tentativa de encontrar dados sobre os técnico-administrativos nessa estrutura: seu lugar, sua postura, sua dinâmica de trabalho, sua identidade (Pio, 2012, p. 51).

Sobre o cargo de TAE-pedagogo, tanto quanto à graduação quanto à função na instituição, Pio (2012, p. 56) faz uma crítica sobre os cargos de direção ainda serem ocupados quase que exclusivamente por docentes, apenas em um campus tinha um cargo de direção ocupada por um Técnico-administrativo⁴. A autora, ainda, apresenta uma comparação entre a formação dos Técnico-administrativos e os docentes, tendo como referência as informações divulgadas pelo CPII no ano de 2010, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3: Titulação do Corpo Técnico em 2010.

Titulação	Porcentagem
Até o Ensino Médio	49,31%
Graduação	35,08%
Aperfeiçoamento	0,24%
Especialização	12,98%
Mestrado	1,74%
Doutorado	0,62%

Fonte: Pio (2012, p. 68).

Pio (2012) reforça que os números evidenciam a diferença de formação entre os TAEs e os docentes, contudo ressalta que o grupo TAE engloba diversos cargos para além do foco da pesquisa. Este número não reflete mais a realidade da instituição, segundo o último levantamento realizado em 2019 (tabela 4). Destaque especial para o crescimento no número de pós-graduados e de mestres.

⁴ Segundo as informações disponibilizadas pelo site oficial, atualmente, somente dois técnico-administrativo em educação ocupa o cargo de direção pedagógica (Pedagogos) e um de direção-geral de campus (Pedagogo). Há doze técnicos ocupando a função de diretor administrativo.

Fonte: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/10286-institucional.html> (2025)

Tabela 4: Titulação do Corpo Técnico em 2019.

Titulação	Porcentagem
Ensino Fundamental	0,20%
Ensino Médio / Técnico	20,18%
Graduação	30,22%
Aperfeiçoamento	0,20%
Especialização	34,74%
Mestrado	13,39%
Doutorado	1,08%

Fonte: CP2 em números.

Em ambos os trabalhos, não há menção ao PCCTAE fazendo parte da reconstrução histórica dos TAEs, contudo são os trabalhos que trazem um resgate da história desses atores, ainda que de maneira resumida, uma vez que não era o objetivo proposto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de os estudos acadêmicos tratarem da história e atuação de mais de 180 anos do Colégio Pedro II na educação brasileira (Alves, 2009; Cardoso, 2013; Mendonça *et al.*, 2013; Santos, 2009), percebemos que pouco se conhece sobre a contribuição dos técnico-administrativos nesse processo institucional. Após dificuldades de conseguir dados sobre a história dos técnico-administrativos em educação dentro do CPEI, procuramos investigar pesquisas que apontem, considerem e privilegiem a atuação e protagonismo dos TAEs, desde a criação do Colégio Pedro II até atualidade. Embora esse levantamento tenha detalhes por vezes difíceis de encontrar, ficou evidente que essa temática ainda carece de esclarecimentos, estudos e análise.

Ao focarmos no trabalho dos TAEs nos estudos acadêmicos, evidenciamos a invisibilidade de sua história e da contribuição/cooperação para o crescimento da instituição e sua ação educacional. Os estudos demonstram que o não reconhecimento não é algo isolado e é pode ser percebido devido à centralidade da docência dentro desses estabelecimentos. Nesse sentido, refletimos sobre a reprodução do sistema capitalista na divisão social do trabalho dentro de estabelecimentos de ensino.

Utilizamos a revisão bibliográfica, de natureza interpretativa, como procedimento metodológico para ir além dos fatos observados no CPEI e evidenciar nas fontes pesquisadas a compreensão crítica e significados sobre o papel dos TAEs dentro do CPEI. Entretanto, após a busca por diferentes plataformas de pesquisa no período de 2005 a 2020, não obtivemos os resultados esperados, não tendo encontrado nenhum estudo, seja em forma de artigo ou de pesquisa acadêmica, que retratasse a história desses atores educacionais. Ao final desse levantamento, apenas dois trabalhos puderam ser utilizados neste estudo segundo a teoria adotada.

Ao analisarmos a tese em Educação, de Galvão (2009), podemos observar como a autora utilizou-se de entrevistas com servidores e discentes do CPEI-campus Humaitá II/RJ para investigar a produção do ensino no CPEI. Apesar de não ter como objetivo retratar a história, a autora trouxe um relato sobre a história de um TAE da instituição, e que, se não fosse pela entrevista nesse estudo acadêmico, provavelmente não teria sido recuperada. Por outro lado, a dissertação em Educação, de Pio (2012), teve o foco no cargo de pedagogo dentro do CPEI, a partir de uma investigação histórica. A autora ressalta que ainda é deficiente a disponibilização de dados históricos sobre os técnico-administrativos.

Conforme apresentado, nenhum dos estudos citou o PCCTAE e sua relação com a história da contribuição dos TAEs. No entanto, ainda que não fosse o objetivo de nenhum desses estudos podemos afirmar que não há dados suficientes disponibilizados pela instituição a respeito da história dos TAEs. Portanto, apontamos a necessidade e relevância de mais estudos sobre o resgate histórico da atuação e contribuição desses atores tão indispensáveis e importantes na formação e constituição do CPII e de outras instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes de. **A carreira dos Técnico-Administrativos em Educação: movimento de resistência à política do MEC e um constante recomeço**. 2018 – Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: [<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6519>]. Acesso em: 01 mar. 2019.
- ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de; CARVALHO, William do Nascimento. Os princípios da democratização do Colégio Pedro II. **PARADIGM**, Maracay, v. 45, no. 2, pág. e2024013, 2024. DOI: 10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024013.id1408. Disponível em: [<https://revistaparadigma.com.br/index.php/paradigma/article/view/1408>]. Acesso em: 18 dez 2025.
- ALVES, Rosana Llopis. **Trajetórias femininas no Colégio Pedro II**. In: Anais ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, p. 1-10, 2009. Fortaleza. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_ad7604ad01d195549ab1c7d193589b53.pdf]. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ANJOS, Maylta Brandão dos; RÔÇAS, Giselle; PEREIRA, Marcus Vinicius. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v.12, n. 3, p. 27-39, dez. 2019. Disponível em: [<https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/29108>]. Acesso em: 20 out. 2020.
- ANGST, Francisco. **A escola e seus atores: os funcionários de escola**. In: Simpósio Iberoamericano de Cooperação para o Desenvolvimento e a Integração Regional, 8. 2017, São Pedro. Anais...São Pedro: URI, 2017. p. 1-574. Disponível em: [<https://share.google/P2b9UZOO9Mlt4sfQj>]. Acesso em: 23 set. 2020.
- AMORIM, Saulo Xavier De Brito. **Direito sanitário: Ferramenta de desenvolvimento sustentável da qualidade de vida do servidor no colégio Pedro II**. 2013 81 f. Dissertação (Mestrado profissional em Desenvolvimento Local) – Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=90813]. Acesso em: 19 dez. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.
- AZAMBUJA, Antonio Augusto da Silva. **A carreira dos servidores técnicos administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior: do PUCRCE ao PCCTAE (1985 a 2007)**. 2018 - Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: [<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5546>]. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Memória Histórica do Colégio Pedro II.** Disponível em:

[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html]. Acesso em: 15 Out. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm]. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto 2 de Dezembro de 1837.** Convertendo o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições (sic). Disponível em:

[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/historia_cp2/colleccao_leis_1837_parte2.6-6-68.pdf]. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.659**, de 5 de abril de 1911. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica (sic). Disponível em:

[<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>]. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 16.782-a**, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias (sic). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm]. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 94.664**, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm]. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de Dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm]. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.091**, de 12 de Janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm]. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm]. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. **Regulamento nº 8**, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro II (sic). Disponível em:

[<http://legis.senado.leg.br/norma/561182/publicacao/15635716>]. Acesso em: 12 nov. 2018.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo. **Colégio Pedro II: a contribuição dos símbolos na formação de sua memória coletiva.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14. 2013. Florianópolis. Repositório... Disponível em: [\[https://brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_119ca5a985_0000013712.pdf\]](https://brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_119ca5a985_0000013712.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

CARNEIRO, Marcos Lacerda. **Gestão do programa de preparação para aposentadoria (PPA) numa instituição federal de ensino.** 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado profissional em sistemas de gestão Instituição de Ensino) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Disponível em: [\[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5331914\]](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5331914). Acesso em: 19 Dez. 2020.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **O imperial Collegio de Pedro II e o ensino da boa sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. 168 páginas.

CURY, Daniel Gonçalves. **A (in)visibilidade do técnico em assuntos educacionais: percalços e possibilidades de atuação na universidade federal de Uberlândia.** 2019. 488f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia/UFU – Uberlândia, MG. Disponível em [\[https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27536\]](https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27536). Acesso em: 08 nov. 2020.

GALVÃO, Maria Cristina da Silva. **“Nós somos a história da educação”: identidade institucional e excelência escolar no Colégio Pedro II.** 2009. 293f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: [\[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15118/15118_1.PDF\]](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15118/15118_1.PDF). Acesso em: 20 dez. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGA, Yone Maria. **Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: [\[http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8RWRAU\]](http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8RWRAU). Acesso em: 06 nov. 2020.

MELO, Maria Teresa Leitão de. O chão da escola: construção e afirmação da identidade. **Revista Retratos da Escola**, v. 3, n. 5, p. 391-397, jul-dez 2009. Disponível em: [\[http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/31\]](http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/31). Acesso em: 23 set. 2020.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; LOPES, Ivone Goulart; SOARES, Jefferson da Costa; PATROCLO, Luciana Borges. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Revista Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/11.pdf\]](https://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/11.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020

MOLEVADE, João Antonio Cabral de. **Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores** – 4ª ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2012. 94 páginas.

NASCIMENTO, Patricio Magalhaes. **Políticas Públicas Educacionais no Desenvolvimento Profissional do Técnico-Administrativo em Educação:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Campus São João Evangelista. 2017. 129 f. Dissertação

(Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. Disponível em:
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6074290]. Acesso em: 20 Dez. 2020.

PAULA, Grazielle Santana de. **O espaço escolar e a (in) visibilidade social dos funcionários de apoio administrativo educacional na Escola Estadual Daniel Martins Moura**. 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociedade, Política e Cidadania: olhares transdisciplinares) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2018 Disponível em:
[<https://bdm.ufmt.br/handle/1/1078>]. Acesso em 23 Set. 2020.

PIO, Alessandra. **Técnicos em assuntos educacionais do Colégio Pedro II: História, identidade e limites de atuação**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:
[https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/PIO_Alessandra.pdf]. Acesso em: 19 dez. 2020.

OLIVEIRA, Nancy Costa de. **Formação continuada dos técnicos administrativos em educação: alienação ou emancipação?**. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação – Universidade de Brasília/UnB. Brasília, DF. Disponível em: [<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37230>]. Acesso em: 08 nov. 2020.

REIS, Guilherme Basso dos; PAIXÃO, Márcia Valéria. Técnico-administrativos em educação das IFES: carreira e institucionalidade. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 6, p. 199–208, 2022. Disponível em: [<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2611>]. Acesso em: 17 dez. 2025.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. O trabalho do técnico-administrativo em instituições federais de ensino superior: análise do cotidiano e implicações na saúde. **Revista Políticas Públicas**, n. especial, p. 423 – 432, Out. 2012. Disponível em:
[<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1395/1122>]. Acesso em: 20 set. 2020.

ROSA, Carla Cunha da. **Análise dos meios de comunicação interna do Colégio Pedro II: uma abordagem estratégica na gestão de pessoas**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em:
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4998120]. Acesso em: 19 dez. 2020.

SÁ, Moema Almeida de. **Análise do perfil epidemiológico dos servidores do Colégio Pedro II como ferramenta de gestão de pessoas**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em:
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5087267]. Acesso em: 19 dez. 2020.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais**. 2009. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:
[https://ppge.educacao.ufrj.br/teses/Tese_Beatriz_Boclin.pdf]. Acesso em: 15 dez. 2020.

SILVA, Tônia Cunha Duarte da. **História da construção do PCCTAE**. 2016. 38 slides. Disponível em: [<http://www.ufrgs.br/cis/eventos/seminario-sobre-pcctae-modulo-i/>]. Acesso em: 22 set. 2019.

SILVEIRA, Maicon Cândido da. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC. **Revista Senso Comum**, vol. único, n. 1, p. 50-66, 2009. Disponível em: [<https://sensocomum.xanta.org/index.php/revista/article/view/9>]. Acesso em: 11 set. 2019.

SOUZA, Adriano Carvalho de. **As diferenças geracionais como fonte de conflito no serviço público: um estudo de caso no Colégio Pedro II**. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado profissional em sistemas de gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5000605]. Acesso em: 19 dez. 2020.

TELES, Vania Lacerda de Sa. **Gestão da informação no Colégio Pedro II: estudo de caso através da percepção do usuário**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado profissional em sistemas de gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4147493]. Acesso em: 19 dez. 2020.

VALLE, Arthur Schulunder. **Trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFMG: inserção institucional e superação da subalternidade**. 182 f. Dissertação Mestrado em Educação) –Setor de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: [<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9UHGC5>]. Acesso em 15 dez. 2025.